



CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

DIVISÃO DE URBANISMO

SERVIÇO DE PLANEAMENTO

PLANO DE PORMENOR

PARA A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DA
FIGUEIRA DA FOZ

RELATÓRIO DO PLANO

MAIO 2019

Índice

1. ENQUADRAMENTO	2
2. CARATERIZAÇÃO TERRITORIAL	5
3. PROPOSTA DE PLANO	6
3.1. OBJETIVOS	6
3.2. DESENHO URBANO	7
3.3. INFRAESTRUTURAS	8
4. OPERAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO FUNDIÁRIA.....	13
5. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO.....	14
6. INFORMAÇÃO DE BASE E MONITORIZAÇÃO	14
6.1. CARTOGRAFIA	14
6.2. RUÍDO	15
6.3. INDICADORES QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DE AVALIAÇÃO	15

1. ENQUADRAMENTO

No diagnóstico elaborado no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz, e devidamente considerado no Plano Diretor Municipal em vigor, revisto e publicado na 2ª série do Diário da República nº 179, de 15 de Setembro de 2017, através do Aviso nº 10633/2017, já se assinalava, como grande constrangimento, a escassez na oferta de espaços para as atividades industriais se desenvolverem, inibindo a valorização de sectores complementares aos já existentes, que poderiam beneficiar de economias de aglomeração. E por isso se pretendia:

- incrementar a oferta de solo empresarial na região, através de espaços de acolhimento que, pela sua capacidade, qualidade e gestão sustentável, permitam responder à procura e às necessidades industrial e empresarial;
- completar o sistema logístico industrial da Figueira da Foz com infraestruturas que ofereçam serviços e espaços para instalação de empresas em todas as fases do ciclo de vida empresarial, articulando-se de forma eficiente com os sistemas e infraestruturas de transporte e logística de escala regional.

O PDM da Figueira da Foz tem delimitadas, ao nível da classificação e qualificação do solo, 15 unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG), com execução prevista na forma de Plano de Pormenor, com objetivos e regulamentação geral e específica estabelecida nos artigos 115º a 118º do regulamento do plano, e de acordo com o Programa de Execução e Plano de Financiamento que acompanha o plano.

Para a execução da UOPG10, destinada à expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, a Câmara Municipal deliberou, em sessão de 5 de fevereiro de 2018, aprovar a abertura do procedimento de elaboração do “Plano de Pormenor para a expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz”, com a respetiva publicação na 2ª série do Diário da República nº 61, de 27 de março de 2018, prevendo-se um prazo de 12 meses para a sua elaboração.

Nos termos da legislação em vigor, a elaboração do Plano de Pormenor obriga à utilização de cartografia atualizada, à escala adequada, e homologada, implicando que a Câmara Municipal procedesse à aquisição de serviços para a execução da cartografia numérica vetorial e ortofotocartografia à escala 1:2 000, e também do obrigatório cadastro predial, o que levou a que o prazo previsto para a elaboração do Plano de Pormenor fosse excedido.

Em sessão realizada em 21 de janeiro de 2019, a Câmara Municipal deliberou aprovar a prorrogação do prazo para a elaboração do “Plano de Pormenor para a expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz”, por mais doze meses, tendo tal sido submetido para publicação no Diário da República, via SSAIGT (Anexo 1).

Considerando o Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, a área de intervenção do Plano de Pormenor coincide parcialmente com os limites da UOPG10, ajustando os limites desta de modo a manter o prolongamento geométrico dos limites do Parque Industrial existente a norte, e com respeito pelo disposto no nº 4 do artigo 115º do regulamento do PDM: “As UOPG podem ser ajustadas nos seus limites por razões de cadastro de propriedade, ou quando tal for justificado em sede de Plano de Pormenor”.



Figura 1 – limites da UOPG10 e do Plano de Pormenor.

(Fonte: SIG Municipal. Base cartográfica: ortofotomapas da DGT com Licença de Utilização nº 286/17 atribuída ao Município da Figueira da Foz)

A área de intervenção do Plano de Pormenor está classificada como solo rústico, na subcategoria de Espaços Florestais de Proteção, e sobre ela incide servidão de Reserva Ecológica Nacional (REN), do sistema Dunas.



Figuras 2, 3 e 4 – PDM: classificação e qualificação do solo; Reserva Ecológica Nacional; regime florestal.

(Fonte: SIG Municipal. Base cartográfica: ortofotomapas da DGT com Licença de Utilização nº 286/17 atribuída ao Município da Figueira da Foz)

À data do início da elaboração do Plano de Pormenor, a sua área de intervenção integrava a Mata Nacional das Dunas da Costa de Lavos, estando sujeita ao regime florestal total. Esta área

coincide, na configuração e localização, com a parcela referenciada na Portaria nº 395/2018 (2ª série do Diário da República nº 154, de 10 de agosto de 2018), sobre a qual foi decidido, pelo Secretário de Estado do Tesouro, “*autorizar o Município da Figueira da Foz a destinar a parcela de terreno com a área de 20 ha, sita na freguesia de Lavos, concelho da Figueira da Foz, distrito de Coimbra, descrita na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis da Figueira da Foz, sob o nº 7653/Lavos, e registada a favor do Município pela inscrição AP. 5 de 2008/01/07, a ampliação do Parque Industrial da Figueira da Foz, com configuração constante da planta anexa a esta portaria e que dela faz parte integrante*”. Daí decorre que a parcela em causa, coincidente com a área de intervenção do Plano de Pormenor, deixou de estar inserida em qualquer área submetida a Regime Florestal, conforme foi reconhecido pelo ICNF no parecer emitido ao Relatório de Fatores Críticos para a Decisão efetuado no âmbito da elaboração do Plano de Pormenor.

Adicionalmente, com a revisão do PMDFCI em fase de conclusão, já com parecer favorável emitido pela CMDf e parecer vinculativo favorável do ICNF, a área de intervenção do Plano de Pormenor fica isenta de perigosidade de incêndio rural.



Figura 5 – PMDFCI (revisão): perigosidade de incêndio.

(Fonte: SIG Municipal. Base cartográfica: ortofotomapas da DGT com Licença de Utilização nº 286/17 atribuída ao Município da Figueira da Foz)

O facto de se tratar de solo rústico obriga à elaboração de um Plano de Pormenor que sustente a sua reclassificação para solo urbano, na categoria de Espaço de Atividade Económica, como previsto no PDM em vigor, e complementarmente se obtenha a exclusão da Reserva Ecológica Nacional, por procedimento de alteração da delimitação da REN.

Por outro lado, a área de intervenção do Plano de Pormenor integra também a Estrutura Ecológica Municipal, nas tipologias de Áreas Nucleares e de Corredores Ecológicos, ambas da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA). Com a aprovação do Plano

de Pormenor, e decorrente reclassificação de solo rústico para solo urbano, esta área ficará excluída da Estrutura Ecológica Municipal.

De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 72º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), *“a reclassificação do solo rústico para solo urbano tem caráter excecional, sendo limitada aos casos de inexistência de áreas urbanas disponíveis e comprovadamente necessárias ao desenvolvimento económico e social e à indispensabilidade de qualificação urbanística, traduzindo uma opção de planeamento sustentável em termos ambientais, patrimoniais, económicos e sociais”*.

A reclassificação do solo processa-se através do procedimento de elaboração de Plano de Pormenor com efeitos registais, com identificação da área objeto de reclassificação, que no presente caso corresponde aos limites do Plano de Pormenor.

2. CARATERIZAÇÃO TERRITORIAL

A área de intervenção do Plano de Pormenor, com uma superfície de 19,3ha, incide sobre uma parcela da Câmara Municipal, com 20 ha, adquirida por cessão a título definitivo do Estado Português ao Município da Figueira da Foz. Está descrita na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóveis da Figueira da Foz sob o nº 7653/Lavos, e corresponde ao artigo matricial nº 3625 (Anexo 2).

Localiza-se na freguesia de Lavos, confronta a norte com o atual Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, e tem acesso rodoviário através dos arruamentos existentes neste Parque. Dista aproximadamente 1,3km da entrada na EN109; 7km da estação ferroviária da Figueira da Foz e do porto comercial; 6km do acesso à A14; 12km do nó, nas Alhadas, de acesso à A17; 9km do nó, na Marinha das Ondas, de acesso à A17.

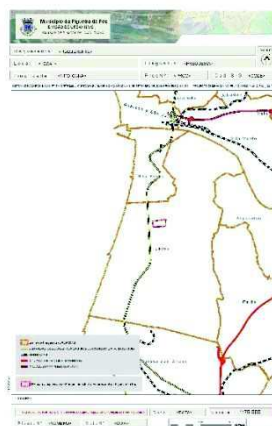


Figura 6 – localização e acessibilidades.
(Fonte: SIG Municipal)

Trata-se de uma zona plana, cuja ocupação é predominantemente florestal, com exceção de uma faixa anteriormente destinada à instalação de um aeródromo, onde predomina a plantação de pinheiro-bravo, e onde não são identificados recursos hídricos superficiais.



Figuras 7, 8 e 9 – PMDFCI (revisão): declives; ocupação do solo e povoamentos florestais; hidrografia.
(Fonte: SIG Municipal. Base cartográfica: ortofotomapas da DGT com Licença de Utilização nº 286/17 atribuída ao Município da Figueira da Foz)

3. PROPOSTA DE PLANO

3.1. OBJETIVOS

O atual Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz (PIEFF) apresenta uma taxa de ocupação significativa, estando disponíveis apenas 3 bolsas de lotes sem edificação e alguns lotes dispersos, que perfazem uma área de cerca de 16,5ha.

A disponibilização de uma nova oferta, de dimensão significativa permitirá uma melhor regulação do mercado e a sua dinamização, em contraponto com a situação atual, pois dada a exiguidade da oferta, o preço praticado pelos proprietários privados dos poucos lotes sem ocupação efetiva forma-se a partir de mecanismos pouco transparentes e pouco competitivos.

O projeto de ampliação, associado à requalificação do atual PIEFF, procura responder ao desafio da falta de espaços de acolhimento empresarial devidamente capacitados para responder à procura instalada e potencial, no quadro de uma visão estratégica e dinâmica, que considera a dimensão do desenvolvimento económico e empresarial no contexto do sistema logístico-industrial da Figueira da Foz e no contributo para a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3 do Centro).

O Plano de Pormenor orienta-se pelos seguintes objetivos, concordantes com os termos de referência definidos no artº 117º do regulamento do PDM:

- estabelecer as regras e orientações a que obedece a ocupação, uso e transformação do solo;
- promover uma ocupação estruturada que garanta a instalação e/ou realocização de novas atividades económicas, suas funções complementares e respetivas infraestruturas adequadas às necessidades previstas;
- prever lotes destinados à fixação de novas atividades económicas na área de intervenção do Plano, como expansão do Parque Industrial existente a norte, em resposta à procura existente no local;
- estabelecer uma rede viária estruturada, o número de acessos necessários, um sistema de circulação e a criação de estacionamento adequados às atividades a instalar;
- assegurar a proteção e integração paisagística da unidade;
- programar a sua implementação de forma gradual e faseada;
- a solução urbanística projetada no Plano de Pormenor deve assegurar o seu enquadramento com a envolvente.

3.2. DESENHO URBANO

Com base nestes objetivos e termos de referência, desenvolveu-se uma proposta de ocupação, concretizada na planta de implantação do Plano de Pormenor, e de acordo com os parâmetros de ocupação e uso estabelecidos no regulamento e nos quadros anexos.

O Plano de Pormenor desenvolve-se numa área de 19,3ha, com os seguintes valores globais:

	PP	Valores de referência (PDM)
Área de Intervenção do Plano (m²)	193 080,9	-
Área total de lotes (m²)	131 076,8	-
Nº de lotes	38	-
Área total de implantação (m²)	61 010,5	-
Área total de construção (m²)	116 500,0	289 621,35 ¹
Espaço Verde (m²)	29 321,4	29 125,00 ²
Nº de lugares de estacionamento público de veículos ligeiros	277	117 ³
Nº de lugares de estacionamento público de veículos pesados	49	47 ³
Espaços-Canal (m²)	32 682,6	-

1 – de acordo com o disposto na al. a) do nº 2 do artº 117º do regulamento

2 – de acordo com o disposto no nº 1 do artº 111º do regulamento

3 – de acordo com o disposto na al. d) do nº 1 do artº 37º do regulamento

Importa referir que o Plano não prevê a definição de áreas destinadas a equipamentos de utilização coletiva (artigo 111º do regulamento do PDM), por se tratar de um espaço exclusivamente destinado à instalação de atividades económicas, em terreno propriedade do Município da Figueira da Foz, e que se prevê que quem o frequente seja essencialmente quem ali desempenha funções laborais. Por outro lado, a instalação de unidades industriais de várias tipologias, a produção de ruído, a eventual libertação de fumos, gases ou partículas, e o risco

associado a estas atividades, desaconselham a instalação de qualquer equipamento de utilização coletiva naquele território.

Em termos de estrutura viária, o projeto de Plano assenta em 6 novas vias ortogonais, das quais 3 vias longitudinais N-S (prolongamento da Rua das Acácias, prolongamento da Rua das Tílias e prolongamento da Rua das Olaias) fazem a ligação com a estrutura viária do atual Parque Industrial a norte.

Quanto aos perfis das vias, todas apresentam a mesma largura de faixa de rodagem, e em todas se prevê passeios e lugares de estacionamento público disposto longitudinalmente ao longo da via.

No que se refere à divisão fundiária, está prevista a criação de 38 lotes, dos quais 4 apenas destinados a atividades de logística ou depósito de materiais, sem qualquer edificação. Os restantes 34 terão a mesma finalidade (indústria/armazéns).

Quanto à dimensão dos lotes, na sua maioria têm área entre 2 000m² e 4 000m², sendo exceção os lotes com maior superfície que se situam a sul, destinados a logística e deposição de materiais, e os que se situam na extremidade nordeste, devido à configuração da área de intervenção do Plano. Importa referir que se admite, em sede de regulamento, a eventual agregação de lotes, caso as empresas necessitem de maior área, criando assim uma maior flexibilidade na ocupação do espaço, e podendo suceder o inverso, com a constituição, num lote, de uma propriedade horizontal.

Um dos objetivos do Plano é assegurar a proteção e integração paisagística da unidade, apostando em espaços de transição entre o edificado previsto e os espaços florestais e naturais envolventes da área de intervenção. Nesse sentido, promoveu-se a delimitação do espaço verde na faixa poente da área de intervenção, e excluiu-se, da área de intervenção do Plano, uma faixa a sul com largura aproximada de 11,5m e superfície aproximada de 6 912m², em ambos os casos para atenuar impactes visuais e funcionais de, e para, a Mata Nacional aí confinante. Embora não incluída no Plano, esta faixa de terreno a sul faz parte da parcela adquirida pelo Município da Figueira da Foz ao Estado Português, e funcionará como cortina arbórea e vegetal sob manutenção da Câmara Municipal. O espaço verde a poente da área de intervenção será objeto de projeto de arranjos exteriores, cumprindo com o disposto no regulamento do Plano, e integrará o domínio público municipal.

3.3. INFRAESTRUTURAS

O Plano prevê a instalação das seguintes infraestruturas:

- rede de abastecimento de água;
- rede de gás natural;

- rede elétrica;
- rede de telecomunicações;
- redes de águas pluviais e de águas residuais;
- rede viária.

Importa referir que todas estas infraestruturas serão devidamente desenvolvidas e estudadas de forma pormenorizada em fase de projeto de execução, apresentando-se apenas, no Plano, o traçado esquemático das mesmas, de acordo com o previsto no RJIGT, podendo estas sofrer ligeiras alterações em sede de projeto de execução.

Rede de Abastecimento de Água

A rede de abastecimento de água será desenvolvida ao longo dos passeios, permitindo a implantação dos ramais de ligação aos lotes em troços mais curtos, e a área de expansão é abastecida pela rede existente no Parque Industrial a norte.

O material escolhido para a realização destas condutas de distribuição e dos acessórios dos nós é o PEAD DN 125 PE100 PN10, tendo uma extensão de 1 882m.

São previstos 38 ramais domiciliários, 9 marcos de incêndio, 4 válvulas de seccionamento, e 4 bocas de rega.

Rede de Gás Natural

A rede de gás foi dimensionada para comportar gás natural em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 97/2017 de 10 de agosto.

Não havendo estimativas de consumo por parte das indústrias a instalar, será adotado um consumo de 100 m³/h em cada lote, sem aplicação de fator de simultaneidade. Esta solução permite que, caso uma indústria tenha um consumo superior, exista capacidade da rede para responder, uma vez que nem todas estarão a consumir o caudal previsto.

O material da rede será polietileno.

A rede é abastecida a partir do posto existente, onde chega o gasoduto. A partir deste ponto, a rede é ramificada pelos arruamentos, sendo implantada no passeio, e realizando apenas as travessias de via fundamentais.

A rede é enterrada e disporá de válvulas de corte. Para cada lote existirá um ramal de abastecimento em PE Ø63.

Rede Elétrica

Todos os lotes serão alimentados através da rede pública de baixa tensão. Para tal será previsto a instalação de um posto de transformação de 1250KVA (2x630KVA). O posto de transformação será instalado numa cabina monobloco, de dimensões 7500 x 2500 mm.

A rede geral de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, será subterrânea e constituída por cabos isolados e armados do tipo LSVAV ou LVAV, entubados em tubagem de polietileno corrugada de parede dupla enterrada em vala.

A instalação de iluminação pública, cujo objetivo principal é assegurar a todos os utentes a circulação noturna em boas condições de segurança e de conforto, será essencialmente constituída por focos luminosos (luminárias integradas a leds e dispositivos de fixação) e respetiva rede elétrica de alimentação.

Rede de Telecomunicações

A rede de condutas será executada empregando tubagem Ø110 em PVC corrugado de 4 furos e câmaras de visita CVR2.

O estabelecimento da rede de condutas será feito em vala, no passeio ou na faixa de rodagem, protegida e envolvida em areia, pó de pedra, saibro ou betonilha e sinalizada com rede de sinalização de cor verde.

A profundidade de enterramento não será inferior a 0,8 m, sendo de 1,0 m nas travessias e faixa de rodagem cujos tubos deverão ser protegidos através do seu envolvimento em betonilha.

A estrutura da rede de tubagem deve suportar as diversas topologias das redes dos vários operadores, assegurando, igualmente, a manutenção da operacionalidade dos equipamentos ativos e as operações na rede, com o mínimo de intrusão nos edifícios, beneficiando, assim, quer os operadores, quer os utilizadores.

Redes de Águas Pluviais e de Águas Residuais

O traçado destas infraestruturas é implantado ao longo dos diversos arruamentos, que se estendem a partir dos já existentes no atual Parque Industrial a norte, e que são atravessados por dois novos arruamentos no sentido Nascente-Poente e de mais um arruamento, paralelo aos existentes e que se situa a Nascente dos anteriores.

A rede de drenagem de águas residuais pluviais implanta-se em paralelo á rede de drenagem de águas residuais domésticas, abrangendo a totalidade dos arruamentos para evitar a

acumulação de águas superficiais. A sua drenagem é feita para a rede já existente no Parque Industrial a norte.

Os coletores separativos de drenagem de águas pluviais a construir, terão um traçado idêntico aos das águas residuais domésticas.

Serão instalados cerca de 1 670m de coletores de DN 315, 223m de coletores de DN 400, 49m de coletor DN 500, 283m de DN630, 474m de DN 800 e 950m de DN 1000, e construídas 77 câmaras de visita, bem como cerca de 78 sarjetas.

De um modo geral, o traçado foi escolhido em função da maior economia dos encargos de primeiro investimento e de exploração.

As tubagens devem ser instaladas a cota inferior à de eventuais condutas de abastecimento de água e delas afastadas, no mínimo, de 1,00m.

Esse afastamento deve ser, no mínimo, de 0,50m relativamente às condutas de gás, e de 0,20m relativamente aos cabos elétricos.

Em geral a captação superficial das águas pluviais será feita por sumidouros de pavimento com grelha. Noutros casos, sempre que houver projetos de pormenor local, poderão ser adotadas outras soluções, como por exemplo, tampas de câmaras de visita perfuradas, caleiras ou canaletas.

Rede Viária

Foi preocupação garantir a continuidade das vias de comunicação existentes no Parque Industrial a norte e as cotas de soleira. Procura-se, assim, garantir a continuidade do traçado, mas também homogeneidade, boas condições de drenagem, segurança rodoviária e a devida integração no meio envolvente. A acessibilidade pedonal foi integrada na solução, existindo passeios em praticamente toda a área de intervenção, e travessias pedonais do tipo “zebra”. Atendendo à topografia do terreno, foi necessário inserir muros de suporte de terras.

A rede é composta por diretrizes que integram alinhamentos retos, totalizando um comprimento total aproximado de 2 057m.

Note-se que a nível hierárquico, se definiu como “principal” o prolongamento da Rua das Acácias, a Rua B e a Rua C, existindo perda de prioridade de todas as outras vias face àquelas. Assim, pretende ir-se de encontro à expectativa do condutor e promover a segurança e conforto na circulação viária.

A diretriz dos prolongamentos das “Rua das Acácias”, “Rua das Olaias” e “Rua das Tílias” foi definida com base na hipótese de garantir a continuidade das vias num futuro a médio/longo prazo.

Perfil longitudinal

A definição da rasante foi definida atendendo à necessidade de garantir continuidade entre a rede existente e a nova rede, a minimização do movimento de terras, com o traçado da rasante o mais próximo possível do terreno existente, e a devida integração no meio envolvente.

A rasante é constituída por trainéis (rampas e declives), com inclinações entre os 0,5% e os 4,39%, concordados com curvas de equação parabólica. As concordâncias verticais apresentam raios entre os 350m (curva côncava) e 2 500m assegurando, para a velocidade base de 40 km/h, boas condições de visibilidade e comodidade e verificando o Regulamento de Infraestruturas Urbanísticas.

Note-se que, considerando a extensão dos alinhamentos retos e a sua rasante, deverá ser avaliado o comportamento dos condutores e, eventualmente, equacionada a incorporação de medidas de acalmia de tráfego.

Perfil transversal

O perfil transversal tipo foi estabelecido em concordância com o Regulamento de Infraestruturas Urbanísticas do Município da Figueira da Foz. O perfil é constituído por uma faixa de rodagem, repartida por duas vias de circulação, uma por cada sentido, com 4,50m de largura, estacionamento paralelo ao longo da via com 2,25m e passeios em ambos os lados, com 1,60m. Na largura dos passeios inclui-se o lancil com 15cm e lancil com 8cm em betão pré-fabricado. Nos alinhamentos retos, a inclinação transversal é de 2,0% para o exterior.

O traçado desenvolve-se maioritariamente em escavação, sendo necessária a remoção e a escavação do pavimento existente nos troços iniciais do traçado para otimizar a transição entre o pavimento novo e o existente.

Para a concretização desta obra será necessário um volume de escavação e de aterro de 196 000m³ e 100 500m³, aproximadamente.

4. OPERAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO FUNDIÁRIA

A área de intervenção do Plano de Pormenor é integralmente propriedade do Município da Figueira da Foz, decorrente do acordo de cessão celebrado entre o Estado Português e a Câmara Municipal (Anexo 2).

Da operação de transformação fundiária prevista no Plano, resultam os seguintes lotes, e também as parcelas a integrar o domínio público do Município da Figueira da Foz (espaço verde e espaço canal), com as respetivas características:

Parcela originária	Lote/Parcela	Área (m²)	Área máxima de implantação (m²)	Área máxima de construção (m²)	Altura máxima da edificação (m)	Nº máximo de pisos		Uso admitido
						Ac. C. S.	Ab. C. S.	
Nº 7653/Lavos AP. 5 de 10/08/2018 Artigo Matricial nº 3625	Espaço Verde (domínio público municipal)	29 321,4	-	-	-	-	-	Espaço Verde
	Espaço-canal (domínio público municipal)	32 682,6	-	-	-	-	-	Arruamento (faixa de rodagem /estacionamento /passeios)
	1	5 891,5	0	0	0	0	0	Logística/Depósito
	2	7 928,4	0	0	0	0	0	Logística/Depósito
	3	7 923,5	0	0	0	0	0	Logística/Depósito
	4	6 088,8	0	0	0	0	0	Logística/Depósito
	5	2 460,2	1 380,4	2 700,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	6	2 432,5	1 345,9	2 650,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	7	2 432,5	1 346,0	2 650,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	8	2 430,1	1 177,7	2 310,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	9	2 430,1	1 177,7	2 310,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	10	2 432,4	1 345,9	2 650,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	11	2 432,4	1 345,9	2 650,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	12	2 722,9	1 541,6	3 000,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	13	2 762,8	1 613,2	3 600,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	14	3 047,5	1 827,6	3 600,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	15	3 266,7	1 992,6	3 800,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	16	3 486,0	2 146,9	4 150,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	17	3 705,1	2 291,0	4 500,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	18	3 819,9	2 352,6	4 600,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	19	4 227,1	2 657,6	5 250,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	20	4 446,7	2 853,4	5 500,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	21	5 554,4	3 798,6	7 400,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	22	2 820,0	1 679,9	3 300,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	23	2 903,9	1 733,9	3 300,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	24	2 904,0	1 733,9	3 300,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	25	2 903,9	1 676,0	3 300,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	26	2 903,9	1 734,0	3 300,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	27	2 828,7	1 675,8	3 300,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	28	2 820,0	1 679,9	3 300,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	29	2 903,9	1 733,9	3 300,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	30	2 904,0	1 734,0	3 300,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	31	2 903,9	1 733,9	3 300,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	32	2 904,0	1 734,0	3 300,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	33	2 828,7	1 675,8	3 300,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	34	2 904,0	1 733,9	3 450,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	35	3 111,4	1 609,6	2 700,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	36	2 940,0	1 760,4	2 720,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	37	2 765,1	1 393,4	2 500,0	15	3	1	Indústria/Armazém
	38	2 904,0	1 734,0	2 710,0	15	3	1	Indústria/Armazém

De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), é fundamental, no caso de Plano de Pormenor onde exista mais do que um proprietário, a

implementação de um sistema de perequação que introduza o reequilíbrio e a redistribuição de benefícios e encargos decorrentes da execução do Plano por todos os proprietários abrangidos pelo mesmo.

No presente Plano, apenas está envolvido um proprietário originário, que é o Município da Figueira da Foz, pelo que não será desenvolvido qualquer sistema de perequação.

5. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO

Para a execução do Plano de Pormenor prevê-se um horizonte temporal de 18 meses, assim programado e de acordo com a respetiva estimativa de valores para execução:

AÇÕES	MESES										VALOR ESTIMADO (€) (+ IVA)
	2	4	6	8	10	12	14	16	18		
Movimento de terras e obras preparatórias										1 856 257,67	
Infraestruturas e arranjos exteriores										2 258 024,22	
Pavimentação										710 944,14	
Total										4 825 226,03	

Parte do valor estimado para a execução do Plano, mais concretamente a quantia de 699 104,00€, está consignado nas Grandes Opções do Plano por Objetivos e Programas para o ano de 2019 do Município da Figueira da Foz. Adicionalmente, a Câmara Municipal prepara candidatura para obtenção de financiamento, no âmbito do programa Portugal 2020, PO Centro, enquadrado na Prioridade de Investimento (PI) 3.3 – “Concessão de apoios à criação e ao alargamento de capacidade avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços”, e no objetivo específico “Reforçar a capacitação empresarial das micro e PME para o desenvolvimento de bens e serviços” do Eixo 2 do PO Centro “Competitividade e Internacionalização da Economia Regional”.

6. INFORMAÇÃO DE BASE E MONITORIZAÇÃO

6.1. CARTOGRAFIA

A cartografia de base utilizada para a elaboração do Plano foi homologada pela DGT em 15 de maio (nº de homologação 565), e possui as seguintes especificações (Anexo 3):

a) entidade produtora: Socarto, Lda.

b) escala: 1:2 000

c) data da informação: voo: 3 de Novembro de 2011; trabalhos de campo: 5 de Novembro de 2011

d) exatidão planimétrica (e.m.q.) $\leq 0,30m$

- e) desvio máximo planimétrico $\leq 0,45\text{m}$
- f) exatidão altimétrica (e.m.q.) $\leq 0,40\text{m}$
- g) desvio máximo altimétrico $\leq 0,65\text{m}$
- h) completude: 5%
- i) sistema de referência planimétrico: PT TM06 / ETRS 89

Na ilustração gráfica do presente documento, e em outras peças escritas que acompanham o Plano, são utilizados extratos de ortofotomapas adquiridos pela Câmara Municipal à DGT em Novembro de 2016 e que têm as seguintes especificações:

- a) Título: Cobertura Regular de Ortofotografia Aérea de 50 cm do ano de 2015;
- b) Identificador: PT_DGT_CROA50_2015;
- c) Título Alternativo: CROA50_2015;
- d) Data de Referência - Publicação: 2015-06-27;
- e) Data de Referência - Revisão: 2016-08-31;
- f) Representação Espacial: Matricial;
- g) Resolução Espacial - Distância: 0.5;
- h) Voo realizado no período compreendido entre 01 de abril e 27 de junho de 2015.

6.2. RUÍDO

Por se tratar de um Plano de Pormenor referente a zona exclusivamente industrial, este plano não integra relatório sobre recolha de dados acústicos ou mapa de ruído, em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 7º do Regulamento Geral do Ruído (DL nº 9/2007, de 17 de janeiro, e respetivas alterações).

6.3. INDICADORES QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DE AVALIAÇÃO

Nos termos do disposto no RJIGT, as entidades da administração devem promover permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos planos territoriais por si elaborados, num processo de monitorização suportado nos indicadores qualitativos e quantitativos previstos naqueles.

Com a monitorização pretende-se aferir a qualidade do desempenho do plano face às dinâmicas que se instalam, ou que se preveem instalar, no território.

Esta avaliação, qualitativa e quantitativa, é feita através da definição de indicadores suportados em dados quantificáveis e de fácil obtenção e simultaneamente precisos e inequívocos.

Os indicadores definidos têm como referência as ações previstas a executar, e a concretização territorial dos objetivos do Plano de Pormenor:

Domínio	Indicador	Método de avaliação	
ordenamento do território	edificação por lote, por ano	ocupação efetiva anual da área de expansão do Parque Industrial	%
	execução das infraestruturas previstas, por ano	grau de execução das infraestruturas	%
desenvolvimento económico	avaliação da criação líquida de emprego, da sua qualificação e dinamismo	<ul style="list-style-type: none"> - variação da população empregada; - variação da população empregada, por local de residência, e por qualificação 	% e nº
	avaliação da capacidade de atração de novos investimentos e iniciativas empresariais	<ul style="list-style-type: none"> - variação do número de empresas; - incentivos fiscais municipais 	nº e valor
recursos naturais e prevenção de riscos	qualidade do ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - variação do índice da qualidade do ar; - produção de resíduos sólidos; - variação da área artificializada 	
	prevenção de riscos	ocorrência de acidentes industriais por ano	nº

PLANO DE PORMENOR
PARA A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DA
FIGUEIRA DA FOZ

ANEXO 1



TEXTO DA DELIBERAÇÃO APROVADA EM MINUTA
(elaborada nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do anexo I
da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

- 4 - DIVISÃO DE URBANISMO
- 4.6 - SERVIÇO DE PLANEAMENTO
- 4.6.1 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR
PARA A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DA FIGUEIRA
DA FOZ - PROC.º PP/23.04.08 - PARA CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA
MUNICIPAL

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovar a prorrogação do prazo para a elaboração do "Plano de Pormenor (PP) para a expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz" por mais doze meses, bem como dar conhecimento da referida prorrogação de prazo à Assembleia Municipal. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

O Presidente

O Secretário

Ramos

SSAIGT

Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial



Recibo nº	8067
Tipo de instrumento	Plano de Pormenor
Tipo de procedimento	Prorrogação do ato
Designação	Decisão que determina a elaboração do plano, Plano de Pormenor para a expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz
Concelho	Figueira da Foz
Data Hora	07-02-2019 15:26:05
Submissão do processo nº	1

Guarde este número de recibo para utilização futura.

Ficheiros remetidos	Data envio
0605_Deliberacao	2019-02-07 15:26:09
0605_Aviso	2019-02-07 15:26:09

Sair

PLANO DE PORMENOR
PARA A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DA
FIGUEIRA DA FOZ

ANEXO 2

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: Mata Nacional da Costa de Lavos

ÁREA TOTAL: 200000 M2

ÁREA DESCOBERTA: 200000 M2

VALOR VENAL: 240.000,00 Euros

MATRIZ n.º: 3625

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Terreno destinado à construção do Aeródromo Municipal da Figueira da Foz - Norte, caminho florestal; sul, nascente e poente, Mata Nacional da Costa de Lavos.

O artigo 3625 é provisório.

Desanexado do prédio n.º 3175/250594.

O(A) Conservador(a)
Custódia Delfina Ferreira Marques

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 5 de 2008/01/17 - Aquisição

CAUSA : Cessão

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** ESTADO

Cessão a título definitivo - Dec.Lei n.º 97/70, de 13 de Março

CLÁUSULA : se no prazo máximo de 2 anos, ao bem cedido não for dado o destino que justificou a cessão, o mesmo reverterá para o domínio privado do Estado.

O(A) Conservador(a)
Custódia Delfina Ferreira Marques

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

FOTOCÓPIA NÃO CERTIFICADA
COM VALOR DE INFORMAÇÃO

N.º De 25/02/2018

São: e 28 46

Registada sob o N.º 28 46

A Escriturária Sup. / Ajudante



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Despacho n.º 7650/2018

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e na alínea a) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, determino, a seu pedido, a cessação de funções da adjunta do meu gabinete Edite Nair Lopes Oliveira Mendonça, cargo para o qual tinha sido designada pelo Despacho n.º 10444/2017, de 7 de novembro de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 231/2017, de 30 de novembro de 2017.

2 — O presente despacho produz efeitos a 17 de julho de 2018.

18 de julho de 2018. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Rosa Filomena Brás Lopes Monteiro*.

311534808

Louvor n.º 310/2018

Louvo a Licenciada Edite Nair Lopes Oliveira Mendonça pelo seu empenho, dedicação, e seriedade com que desempenhou as suas funções, revelando possuir elevadas qualidades profissionais e humanas, pelo que é de justiça manifestar-lhe o meu reconhecimento e agradecimento pessoal e prestar-lhe público louvor.

18 de julho de 2018. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Rosa Filomena Brás Lopes Monteiro*.

311534605

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7651/2018

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e da alínea a) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero, a seu pedido, a licenciada Rita Maria Figueiras Henriques Laranjinha, Ministra Plenipotenciária de 1.ª Classe, das funções de Chefe do meu Gabinete, para o qual foi designada pelo meu Despacho n.º 766/2016, de 4 de janeiro de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 18 de janeiro de 2016.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 10 de agosto de 2018.

3 de agosto de 2018. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

311572238

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinetes do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 7652/2018

Ao abrigo do Despacho n.º 8134/2017, de 23 de agosto, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 181, de 19 de setembro de 2017, e nos termos das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 283.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, é concedida licença sem vencimento para o exercício de funções em organismo internacional, na Direção-Geral da Energia da Comissão Europeia, à investigadora auxiliar do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, Ana

Rita Lopes Ramos Whal, com efeitos a partir de 1 de julho de 2018 e pelo período de 12 meses.

17 de julho de 2018. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*. — 19 de julho de 2018. — A Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, *Ana Paula Baptista Grade Zacarias*.

311541199

FINANÇAS

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro

Despacho n.º 7653/2018

Ao abrigo do disposto nos artigos 3.º e 8.º da Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 26/2017, de 9 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 99/2017, de 18 de agosto, e dos artigos 44.º, 46.º e 47.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, no uso da competência delegada pelo Ministro das Finanças, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Despacho n.º 3492/2017, de 24 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 81, de 26 de abril de 2017, subdelego na Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, em substituição, licenciada Maria João Dias Pessoa de Araújo, a competência de tomar a decisão de contratar e autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, tendente à aquisição de serviços de manutenção preventiva e evolutiva, suporte operacional e formação no âmbito do Sistema de Recolha de Informação Económico-Financeira (SIRIEF), até ao montante de € 223.284,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como exercer as demais competências do órgão competente para a decisão de contratar atribuídas pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, nos termos do artigo 109.º do referido diploma legal.

25 de julho de 2018. — O Secretário de Estado do Tesouro, *Álvaro António da Costa Novo*.

311540761

Portaria n.º 395/2018

Considerando que, pela Portaria n.º 695/2007, de 11 de julho, publicada na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 155, de 13 de agosto de 2007, foi autorizada nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de março, a cessão a título definitivo ao Município da Figueira da Foz de uma parcela de terreno com a área de 20 ha, sita na freguesia de Lavos, concelho da Figueira da Foz, distrito de Coimbra, a destacar da Mata Nacional das Dunas da Costa de Lavos, para construção do Aeródromo Municipal da Figueira da Foz, mediante a compensação de 240.000,00 €;

Considerando que, em cumprimento da aludida portaria, foi celebrado o Auto de Cessão a Título Definitivo de 26 de outubro de 2007, tendo o Município da Figueira da Foz efetuado o pagamento integral da referida compensação;

Considerando que o Município da Figueira da Foz pretende ver alterado o fim previsto para a referida parcela, estabelecendo-se que a mesma se destinará a ampliação do Parque Industrial da Figueira da Foz, bem como alterada a sua configuração, sem alteração da área cedida ou das suas confrontações e a reconfiguração proposta da parcela com a área de 20 ha mantém as confrontações constantes do registo predial deste bem imóvel;

Considerando que, ouvido o Instituto da Conservação da Natureza, I. P., foi reconhecido que a edificação do aeródromo constituiria um fator de risco acrescido sobre a restante área florestal da Mata Nacional das Dunas da Costa de Lavos, pelo que nesta medida se justifica a alteração do fim e a reconfiguração da parcela, uma vez que linearize a forma geométrica da área cedida, reduzindo a respetiva fronteira com a área florestal, concorrendo assim para a mitigação do risco sobre a Mata Nacional das Dunas da Costa de Lavos;

Considerando que o fim que o Município pretende dar à parcela de terreno em causa reveste reconhecido interesse público, na medida em que visa o desenvolvimento e crescimento económico do concelho da



**ADITAMENTO AO
AUTO DE CESSÃO A TÍTULO DEFINITIVO
CELEBRADO EM 26 DE OUTUBRO DE 2007**

Entre:

Primeiro Outorgante: ESTADO PORTUGUÊS, pessoa coletiva de direito público n.º 501 481 036, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, entidade equiparada a pessoa coletiva n.º 600 006 441, com sede na Rua da Alfândega, n.º 5 -1.º, em Lisboa, nesta ato representado pelo Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças, Arq. Miguel Marques dos Santos, na qualidade de Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças;-----

E,

Segundo Outorgante: MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ, pessoa coletiva n.º 501 305 580, com sede na Av. Saraiva de Carvalho, 3084-501 Figueira da Foz, neste ato representado pelo Presidente do Município da Figueira da Foz, Meritíssimo Juiz de Direito Desembargador João Albino Ataíde das Neves.-----

Considerando que: -----

- a) Por Auto de Cessão a Título Definitivo, datado de 26 de outubro de 2007, e a coberto Portaria n.º 695/2007, de 11 de julho, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 155, de 13 de agosto de 2007, o Primeiro Outorgante cedeu ao Segundo Outorgante, a título definitivo, a área de 20 ha, sita na freguesia de Lavos, Concelho da Figueira da Foz, distrito de Coimbra, a destacar da Mata Nacional das Dunas de Lavos, para construção do Aeródromo Municipal da Figueira da Foz, mediante a compensação Financeira de 240 000,00 €, -----
- b) Pela Portaria n.º 395/2018, de 24 de julho, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 154, de 10 de agosto de 2018, foi autorizada a alteração da Portaria n.º 695/2007, de 11 de julho, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 155, de 13 de março de 2007, nos seguintes termos: -----
 - a) Fica o Município da Figueira da Foz autorizado a destinar a parcela de terreno com a área de 20 ha, sita na freguesia de Lavos, concelho da Figueira da Foz, distrito de Coimbra, descrita na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis da Figueira da Foz, sob o n.º 7653/Lavos, e registada a favor do Município pela inscrição AP. 5 de 2008/01/07, a ampliação do Parque Industrial da Figueira da Foz, com configuração constante da planta anexa à Portaria n.º 395/2018, de 24 de julho e que dela faz parte integrante. -----



b) Pela alteração do fim justificativo da cessão é devida a compensação de 546.000,00 €, a pagar na modalidade de pronto pagamento, no ato de assinatura de aditamento ao Auto de Cessão a Título Definitivo de 26 de outubro de 2007, que deverá ser outorgado no prazo máximo de máximo de 60 dias, após a obtenção do visto do Tribunal de Contas. -----

c) A cessão encontra-se sujeita ao disposto no art. 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de março. -----

Assim, e em cumprimento da Portaria n.º 395/2018, de 24 de julho, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 154, de 10 de agosto de 2018, é outorgado, nesta data, o presente Aditamento ao Auto de Cessão a Título Definitivo, outorgado a 26 de outubro de 2007, nos seguintes termos: -----

1. A parcela de terreno com a área de 20 ha, sita na freguesia de Lavos, concelho da Figueira da Foz, distrito de Coimbra, descrita na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis da Figueira da Foz, sob o n.º 7653/Lavos, e registada a favor do Município pela inscrição AP. 5 de 2008/01/07, destina-se à ampliação do Parque Industrial da Figueira da Foz, com a configuração constante da planta anexa a este auto e que dele faz parte integrante. -----
2. Pela alteração do fim a que se destina a parcela cedida, deve o Segundo Outorgante proceder ao pagamento da quantia de 546.000,00 €, mediante transferência bancária para a conta da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, EPE (IGCP, EPE), para o IBAN PT50 078101120112001273947, indicando, a referência "FE-50-8". -----
3. O presente Aditamento foi objeto do Visto do Tribunal de Contas, de 11 de outubro de 2018, pago em 8 de novembro de 2018. -----
4. Em tudo o mais se mantêm as anteriores condições, designadamente a sujeição ao disposto no art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de março. -----

O Segundo Outorgante aceita as condições constantes neste Aditamento, o qual se obriga a cumprir. -----

Nada mais havendo a acrescentar, deste Aditamento foram elaborados dois exemplares, um para cada entidade outorgante, aos 08 de novembro de 2018. -----

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direção-Geral do Tesouro e Finanças

006045 12 DEC '18

Fig.

n.º 25-759

12/12/18

À Câmara Municipal da Figueira da Foz
Serviço de Património
Ao cuidado de Dra. Ana Maria Menezes
Av. Saraiva de Carvalho
3084-501 FIGUEIRA DA FOZ

S/Ref
Data

N/Ref. 090.20.05 DSGP/DAGC/21-FE-50-8
Data:

Assunto: Aditamento ao Auto de Cessão a título definitivo ao Município da Figueira da Foz- alteração de finalidade e cláusula de reversão.

No âmbito do assunto identificado em epígrafe, e na sequência do solicitado, com vista à clarificação do ponto 4 do aditamento ao auto de cessão, por forma a compatibilizar a manutenção da cláusula de reversão do terreno com a alteração da finalidade, cumpre informar de que o prazo de 2 anos para destinar a parcela à nova finalidade, em conformidade com o autorizado pela Portaria n.º 395/2018, de 24 de julho, publicada no Diário da República, 2.ª série — N.º 154 — 10 de agosto de 2018, se inicia a partir da data da assinatura do aditamento em questão.

Com os melhores cumprimentos,

O Subdiretor-Geral,
(em substituição)

Miguel Marques dos Santos

mgc

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento e n.º de processo

PLANO DE PORMENOR
PARA A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DA
FIGUEIRA DA FOZ

ANEXO 3

Direção Geral do Território
Rua Artilharia 1, 107
1099-052 Lisboa, Portugal

Lisboa, 02 de janeiro de 2019

Exmo. Sr. Diretor Geral,

Solicitamos homologação de cartografia digital à escala 1:2000, relativa ao processo de produção de cartografia digital para o PP da Gandra, PP de Vale Murta e PP do Parque Industrial da Figueira da Foz.

Todos os elementos necessários para o processo de homologação são entregues na DGT, em DVD.

Atentamente,



Homologação de Cartografia Topográfica**1. Identificação do processo**

Levantamento aerofotogramétrico dos PP da Gandra, Vale Murta e do Parque Industrial Figueira da Foz_100 hectares

Referência: 2019-01-02-1220

CARTOGRAFIA DIGITAL MNT

2. Entidades envolvidas no processo

Proprietário da Cartografia

Município da Figueira da Foz

Entidade que solicita a homologação:

Socarto, Lda

Produtor da cartografia:

Socarto, Lda

Responsável técnico (nome):

Sara Gomes

Ordem Profissional:

Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET)

Cédula Profissional:

24472/ Out 2019

Entidade fiscalizadora (se aplicável):

Responsável técnico (nome):

Ordem Profissional:

Cédula Profissional:

3. Cartografia

Tipo de levantamento:	FOTOGRAMETRICO
Escala:	2000
Sistema de referência:	PT TM06 / ETRS89
Origem das coordenadas rectangulares:	Ponto Central
Formato de dados/ versão:	V7 - dgn
Indicar qual o outro formato de dados/ versão (caso aplicável):	
Número de folhas:	
Área(hectares):	100
Estrutura dos dados:	Multicodificação
Desconto dos beirais:	Não
Data de voo (caso aplicável):	2018-11-03
Data de conclusão dos trabalhos de campo:	2018-11-05
Data de aceitação pela fiscalização (se esta ocorreu):	
Data de aceitação definitiva pela entidade proprietária:	

4. Características dos dados em conformidade com as especificações técnicas adotadas

Especificacoes Técnicas: DGT2000

Conformidade posicional planimétrica

Exactidão planimétrica

Erro médio quadrático 0,3 metros

90 % dos pontos com desvio menor do que 0,45 metros

Conformidade posicional altimétrica

Exactidão altimétrica

Erro médio quadrático 0,4 metros

90 % dos pontos com desvio menor do que 0,65 metros

Conformidade semântica dos dados

Completude (% admissível de erros de omissão e comissão): 5

Classificação (% admissível de erros de classificação): 5

Nº máximo de elementos que não respeitam a estrutura de dados na área avaliada:

Nº máximo de elementos duplicados na área avaliada:

Descontinuidades lineares (objetos gráficos do tipo linha ou área) na área avaliada

Nº máximo de descontinuidades:

Nº máximo de descontinuidades entre folhas (se aplicável):

Nº máximo de incoerências nos dados 3D na área avaliada

Elementos pontuais:

Elementos lineares:

5.Observações

Em, 02 DE JANEIRO DE 2019

(Assinatura e carimbo)